

**A DEPENDÊNCIA BRASILEIRA E SEUS REBATIMENTOS NO MUNDO DO
TRABALHO: UM ESTUDO A PARTIR DOS APONTAMENTOS DE RUY MAURO
MARINI**

Pedro Rafael Costa Silva¹

Epitácio Macário Moura²

RESUMO: A formação sociopolítica dos países latino-americanos apresenta diversas particularidades. Uma delas advém da maneira como ANB América-latina foi incorporada a expansão do mercantilismo. As características dos fenômenos processados nas colônias reverberam até a contemporaneidade e estão presentes na “estrutura formal” da representação política desses países, sintetizadas na composição do Congresso Nacional e nas suas estruturas fundiárias, como as grandes propriedades. Portanto, na década de 1960, a Escola da Dependência Brasileira se preocupou em estudar tais questões. A partir de uma pesquisa bibliográfica de cunho qualitativo e quantitativo, estabeleceremos os fundamentos da dependência política e econômica das elites nacionais a partir das categorias marinistas: dependência, superexploração do trabalho, subimperialismo e divisão da esfera da circulação. Quando necessário, nos reportaremos aos teóricos marxistas de abrangência global. Temos a pretensão de ressaltar a relevância dos debates ocorridos nos anos 1960-1970 entre a intelectualidade de esquerda brasileira e a importância de suas contribuições à economia-política.

1 INTRODUÇÃO: A ORIGEM DA DEPENDÊNCIA BRASILEIRA

Ruy Mauro Marini foi um sociólogo vinculado ao grupo revolucionário Política Operária (Polop), durante a década de 1960. Nesse período, dedicou-se ao estudo criterioso da realidade latino-americana. Posto isso, rivalizou com as teses do Partido Comunista Brasileiro (PCB) – entidade que aglutinava grande parte da esquerda política brasileira –, fato que o isolou politicamente. Posteriormente foi exilado no Chile e México onde desenvolveu obras extremamente relevantes à compreensão do desenho social da América-Latina. Esses estudos ainda são pouco divulgados no Brasil. Remediar a última questão é um dos objetivos do trabalho.

Marini (2005; 2011; 2012) cria um exame singular do desenvolvimento econômico, social e político dos países da América-Latina, advertindo que tal esforço se faz necessário na medida em que as leis gerais do desenvolvimento capitalista se materializam nos países

¹ Mestrando em do programa: Serviço Social, Trabalho e Questão Social na Universidade Estadual do Ceará. Integrante do Centro de Estudos do Trabalho e Ontologia do Ser Social (CETROS). Bolsista da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP). E-mail: pedrorafaelce@hotmail.com

² Professor da Universidade Estadual do Ceará. E-mail: epitacio.macario@gmail.com

dependentes (dentre eles, os latino-americanos que são objeto de sua análise) de forma particular e deforme. Cabe, pois, à elaboração teórica capturar tais particularidades, pois somente assim o conhecimento será capaz de dar conta da realidade destes países. Portanto, a articulação do modo de produção capitalista em escala global com os elementos que particularizam o desenvolvimento do capitalismo nos países dependentes é que permite estabelecermos conhecimento sólido sobre nossa realidade.

Na sua análise dos países latino-americanos, Marini (2005) assinala que seu desenvolvimento se dá, a partir do século XVI, sempre em estreita e subordinada conexão com as demandas oriundas da dinâmica dos países que inauguraram o modo de produção capitalista, como Inglaterra e França, por exemplo. No caso brasileiro, a relação subordinada instituiu-se, primeiramente, na forma da empresa colonial, ou seja, uma estrutura que permite que um Estado Nação subjuguem toda uma região a suas necessidades estruturais. Nesse caso, a metrópole (Portugal) encontrava viabilidade nesse sistema através da exploração de alguns gêneros agrícolas e da extração de matéria-prima da colônia brasileira.

Essa empresa das navegações portuguesa, capenga e provinciana, é que fornecerá a base material do esquema de produção colonial onde a colônia exporta matérias primas e importa produtos manufaturados da metrópole. Para Marini (2005), o fluxo de mercadorias produzidas no Brasil no bojo da grande empresa colonial alimentou a expansão do capital comercial e bancário, e deu sustentáculo ao crescimento da indústria manufatureira. Aqui temos o cerce do conceito de dependência para Marini (2005). O modo como as colônias se incorporaram a expansão do capital comercial levará elas, mesmo após suas independências formais a serem subordinadas aos países industriais, ou seja, a subordinação do Brasil a Portugal se reproduzirá em escala ampliada na medida em que Portugal se submete as diretrizes inglesas. Assim, a realização de uma cadeia produtiva nacional existe em função de outra. Isso constitui uma unidade contraditória onde as relações de produção entre os países centrais e os países periféricos tendem a acentuar o grau de dependência econômica do último.

2 DEPENDÊNCIA: RUPTURAS E CONTINUIDADES

Segundo Marini (2005), o fundamento da dependência está no período colonial. No entanto, é um equívoco no qual Gunder Frank incorre afirmar que esse período já comporta relações de dependência em um mesmo nível que o século XX. Existem mediações inéditas

que conferem originalidade a esse centenário, muito embora não excluam sua característica de continuidade com a época anterior - continuidade, no entanto, eivada de rupturas e são estas rupturas que ocasionarão o surgimento da dependência tal como teorizada por Marini (2005). Cabe aqui fazermos uma rápida incursão sobre esta questão.

Procurando expor as novas determinações da dependência brasileira, Marini (2005) discorre sobre o fim do ciclo do ouro que incorreu em uma mudança qualitativa nas cadeias produtivas brasileiras com a incorporação da produção de bens primários. Daí provém a originalidade de um tempo histórico posterior (século XX). Um fato histórico que marca sua argumentação é que a partir dos anos 1840, a Inglaterra deu início a um processo de incremento de exportações que durou até a primeira guerra:

[...] a partir de 1840-1850 começa a verdadeira expansão do comércio exterior (da Inglaterra); desde 1860, as exportações representam 14% da renda nacional [...] nos anos que precedem a guerra de 1914-1918 as exportações alcançaram ao redor de 40% da renda nacional [...] a Inglaterra começará a depender cada vez mais do estrangeiro para sua subsistência [...] (BAIROCH *apud* MARINI, 2005, p. 135-136).

Esse elemento é um forte indício de que as economias industrializadas buscaram mercados menos desenvolvidos para servir ao abastecimento de seu sistema produtivo, os induzindo a produção de bens primários. Importante citar que até esse ponto, a balança comercial brasileira é deficitária e que junto ao incremento de exportações, cresce o serviço da dívida externa que nos anos 1860 representava 50% do saldo, se elevando para 99% na década seguinte e progredindo nos anos posteriores. “Entre 1902-1913, enquanto o valor das exportações aumenta em 79,6%, a dívida externa brasileira cresce em 144,6%, e representa em 1913, 60% do gasto público total” (J.A. BARBOSA-CARNEIRO *apud* MARINI, 2005, p. 134).

Concluimos que Marini (2005) acertadamente distingue o incipiente surto econômico brasileiro derivado de uma economia estritamente extrativista. E o interpõe a um período no qual o processo produtivo dos países centrais gerou tantas mudanças qualitativas que reverberaram nos países periféricos, condicionando-os a reverem seus sistemas de produção. Isso é uma distinção elementar entre a Colônia brasileira e o Brasil da segunda metade do oitocento. Pois “[...] é com o surgimento da grande indústria que se estabelece com bases sólidas a divisão internacional do trabalho [...]” (MARINI, 2005, p. 136).

Vê-se, dessa forma, que o surgimento da grande indústria na Inglaterra, condicionou a inserção das antigas colônias latino-americanas, e o Brasil por excelência, nas malhas do mercado mundial como fornecedores de produtos alimentícios e matérias-primas

imprescindíveis ao processo de Revolução Industrial. Essa ideia é da mais alta importância porque mostra que é o próprio desenvolvimento do capitalismo nos países clássicos, tendo a Inglaterra à frente, que põe as necessidades e condições da divisão internacional do trabalho. Noutras palavras, a emergência da grande indústria nos países clássicos e a expansão comercial dos produtos manufaturados ingleses, principalmente para o mundo, condicionou o lugar e a função que várias nações desempenhariam no desenvolvimento capitalista e do mercado mundial, cabendo aos países latino-americanos a especialização em atividades extrativas e da agricultura.

3 O PAPEL DA DEPENDÊNCIA NO DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL

Segundo Marini (2005), o desenvolvimento industrial na Inglaterra e, posteriormente, noutros países europeus e nos Estados Unidos, na esteira da Revolução Industrial, engendrou níveis de especialização em escala mundial. Isso permitiu que algumas nações se especializassem, cada vez mais, na produção industrial, convocando outras a direcionarem sua produção a bens primários e produtos da terra, com o que os países que viviam o evoluir da Revolução Industrial puderam liberar grande parte de sua força de trabalho para as atividades industriais abastecendo-se de produtos agrícolas e matérias-primas por meio da importação dos países dependentes. Eis como os excedentes agrícolas produzidos nos países dependentes forneceram as bases para que a revolução industrial se desenvolvesse, envolvendo grande parte da força de trabalho disponível nos países europeus (na Inglaterra, fundamentalmente). Este processo de especialização retroalimentava os avanços da revolução industrial, por um lado, e, por outro, criava as condições econômicas para que os países europeus passassem a ocupar as esferas superiores das atividades laborais e os países dependentes ficassem com as atividades da base piramidal na divisão internacional do trabalho assim engendrada pelo mercado mundial (MARINI, 2005).

O segundo estágio, que não é senão a outra face do movimento de interdependência e da divisão internacional do trabalho há pouco aludido, os capitais acumulados e concentrados nos países centrais retornam à América-Latina para direcionar seus investimentos em atividades primárias, produzindo e retroalimentando a dependência. É Marini (2005) quem afirma:

É interessante observar que, a partir de um certo momento, as mesmas nações industriais exportarão seus capitais para a América Latina, para aplicá-los na produção de matérias primas e alimentos para exportação. Isso é sobretudo visível

quando a presença dos Estados Unidos na América Latina se acentua e começa a deslocar a Inglaterra (MARINI, 2005, p. 137).

De maneira geral no século XX, a Inglaterra direcionou seus investimentos na América-Latina a construção de ferrovias e a compra de títulos públicos. Ocorre que com o declínio nesses investimentos, os Estados Unidos ganham destaque no cenário mundial ao se concentrarem em fundos de mineração, no petróleo e na agricultura (MARINI, 2005). Não podemos também desconsiderar que a Inglaterra não assimilou com tanta eficiência os pressupostos da Segunda Revolução Industrial no final do século XIX (de origem tecnológica, com presença massiva de novas fontes energéticas a atividade produtiva).

4 A MAIS-VALIA E SUAS “VARIACIONES” (ELEMENTOS DO VALOR)

Dando prosseguimento, Marini (2005) irá esclarecer outro elemento fundamental para compreender a dependência econômica que o Brasil e o restante dos países latino-americanos reproduzem no âmbito do mercado mundial. O deslindamento desse novo elemento exigiu de Marini (2005) um desdobramento da categoria mais-valia relativa, com o fim de mostrar de que forma as malhas da dependência criam as condições do seu desenvolvimento nos países europeus, ao tempo em que obstaculizaram sua emergência e espraiamento na realidade dos países latino-americanos. No entanto é importante salientarmos que para Ruy Mauro Marini o conceito de mais-valia expressa antes uma relação de exploração e é mais do que uma relação entre produtos no sentido estrito:

Nos marcos desta relação, o trabalhador, ao trabalhar para obter uma remuneração dada, cria um valor correspondente a esta remuneração num tempo que é inferior à jornada de trabalho completa; como consequência, no tempo excedente ao que corresponde estritamente a reprodução do valor expressado pela sua remuneração, o trabalho cria um valor excedente, uma mais-valia. A relação entre esses dois tempos de produção contidos na jornada de trabalho representa o grau de exploração ao qual se submete o trabalhador, grau este que é igual à taxa de mais-valia (MARINI, 2012, p.171).

É importante notar que Marini (2012) faz referência clara ao Livro I de O Capital. Posto isto, é necessário estabelecer algumas considerações. A primeira é que em sociedades pré-capitalistas pode existir “valor”. Isso é decorrência do aparecimento de uma produção excedente que não representa um “valor de uso” no sentido absoluto (propriedade que cada objeto fruto do trabalho humano tem de satisfazer uma necessidade específica do trabalhador) ao seu produtor. Ou seja, uma dada comunidade produziu bens que não a satisfazem de maneira estrita. Por algum motivo no decorrer da história, duas comunidades inseridas nessa

condição (produtoras de valores de uso “extras”) se encontraram. O importante em salientar nesse processo é que ambas possuíam valores de uso capazes de serem cambiados. No entanto é preciso estabelecer um critério para que isso ocorra. Nesse momento é necessário acionar a mediação essencial do intercambio do homem com a natureza: o tempo. Esse é um elemento crucial na produção de comunidades ancestrais que viviam a partir do consumo de produtos da terra, ele é fundamental para estabelecer o período exato do plantio, da colheita... Logo temos duas variáveis a serem consideradas: o trabalho e o tempo (MARX, 2013).

No momento em que ocorre essa troca, ela tem como critério o trabalho medido no tempo. No entanto, essa troca não é sistemática, ocorreu de maneira acidental. Marx (2013) ao analisar a forma mercadoria chamou esse fenômeno de “forma simples” da mercadoria. Com o desenvolvimento histórico das comunidades humanas o grupo “A” pode perceber que poderia se especializar na produção de apenas um valor de uso e cambiá-lo com outras comunidades “B”, “C”, “D”... essa forma é denominada por Marx (2013) de “forma extensiva” da mercadoria. Reparemos aqui que o valor (enquanto quantidade de trabalho) se tornou essencial ao produtor “A”, no entanto ainda não é dominante a produção de “B”, “C”, “D”... . Quando todos os produtores (“A”, “B”, “C” e “D”) se tornam especializados e cambiam produtos de distintas qualidades entre si, temos a forma geral da mercadoria, agora sim dominada pelo “valor”. É bem verdade que nesse estágio existem valores de uso de distintas qualidades que “necessitam” serem trocados, pois eles passam a ser produzidos com essa finalidade. Para solucionar esse empasse a sociedade mercantil a sintetizou na forma dinheiro. Dessa maneira, esse processo histórico atingiu seu ápice subjugando todas as qualidades da atividade laboral à abstração tempo (trabalho abstrato³). Dessa forma, temos o “valor” como unidade social do sistema produtivo calcado na forma mercadoria, ele deixa de ser uma variável secundária na sociabilidade humana e ganha relevância central e para

³ Segundo Marx (2013) o trabalho que valoriza o capital é denominado abstrato, pois subtrai todas as potencialidades do exercício laborativo humano e impõe apenas uma característica (a relação entre o tempo de trabalho necessário a produção de uma mercadoria em contraposição ao tempo excedente de produção de uma mercadoria). A razão entre as duas variáveis releva o grau de exploração da força de trabalho. Como unidade contraditória, temos como outro elemento dos processos de trabalho, o trabalho concreto, ou seja, aquele que leva em consideração as potencialidades do trabalho humano em todas as suas qualidades, portanto unindo de forma indissociável arte, ciência e técnica. Marx (2013) revela aqui seu posicionamento político na sua crítica aos princípios da economia clássica. Segundo Marx (2013), esses teóricos partem da naturalização da forma mercadoria enquanto criadora de valor de uso. Desconsideram, que ao adentrar nos processos de trabalho enquanto meios de produção, as máquinas, galpões e toda a infraestrutura que compõe a indústria passou antes, enquanto “material de trabalho” pela intervenção do trabalho humano que por sua vez o valorizou, nas palavras de Marx: “Seu valor [...] do capital fixo [...] é determinado não pelo processo de trabalho no qual ele entra como meio de produção, mas pelo processo de trabalho no qual ele resulta como produto. No processo de trabalho, ele serve apenas como valor de uso, como coisa dotada de propriedades úteis, que não poderia transferir nenhum valor ao produto se já não possuísse valor antes de sua entrada no processo” (Marx, 2013, p.283)

representá-lo surge sua “síntese material”: a mercadoria dinheiro. Esse último movimento é sintetizado por Marx (2013) como forma universal da mercadoria.

Dessa maneira, retiramos dessa incursão teórica que “valor” não é mais nada que “tempo de trabalho médio socialmente necessário” a produção de uma mercadoria e que isso é o fundamento da relação entre produtores privados. Esses ao entrarem em competição para obter vantagem sobre seu concorrente tentam reduzir o tempo necessário para a produção de seus bens. Como o trabalho humano tomado como uma mercadoria (força de trabalho), é o único elemento capaz de agregar valor ao processo produtivo capitalista e todas as outras espécies de mercadorias. É necessário encontrar formas eficientes de explorá-lo e gerar um trabalho excedente, um tempo excedente, um valor excedente. Esse elemento é denominado por Marx (2013) de “mais-valia”.

Portanto, no deslindamento do conceito de mais-valia relativa, Marini (2005) adverte que os estudiosos dessa temática tendem, em geral, a confundi-la com o conceito de produtividade do trabalho. Isso é um erro. O que interessa dizer, é que somente a incorporação de capital fixo⁴ a produção de mercadorias isoladamente não garante a elevação das taxas de lucro do capital. Isso acontece porque essas condições – incorporação de novas tecnologias – tendem a ser generalizadas ao ramo produtivo, sendo, também, uma das causas da formação de monopólios. Mesmo se generalizando, as inovações tecnológicas não são capazes de *per se* alterarem o grau de exploração da força de trabalho, pois o que ocorre é que a força de trabalho passa a produzir mais mercadorias na escala temporal – o que condiz com o conceito de produtividade. Todavia, tais inovações e o aumento de produtividade que possa acontecer não alteram o total do valor – determinado pelo Tempo de Trabalho Socialmente Necessário – incorporado ao conjunto das mercadorias produzidas.

Ocorre que na perspectiva marxiana, conforme ainda Ruy Mauro Marini, o que está na raiz da mais-valia relativa e de sua dinâmica de expansão é a razão estabelecida entre o Tempo de Trabalho Excedente e o Tempo de Trabalho Socialmente Necessário. Noutras palavras, a mais-valia relativa se põe na medida em que o aumento do tempo excedente – que é a base da mais-valia – se dá pela diminuição do tempo necessário, com o que cresce a razão entre estas duas porções de tempo que constituem o processo de uso da força de trabalho. É isso que Marini (2005) esclarece: que a mais-valia relativa se funda no crescimento da

⁴ Capital fixo diz respeito aos elementos estruturais de uma cadeia produtiva. Exemplo: para produzir um sapato é necessário ter maquinário, um galpão que abrigue as máquinas... Elementos que se fixem em um espaço e sobre condições específicas estruturam o processo produtivo de maneira a valorizar o capital.

proporção estabelecida entre o tempo de trabalho excedente e o tempo de trabalho necessário e não pelo aumento isolado da produtividade do trabalho em qualquer setor da economia.

Nesse sentido, Marini (2005) nota com incomum perspicácia que a produtividade do trabalho interfere decisivamente na alteração da proporção acima referida quando ela atinge diretamente o setor de produção de bens-salário (alimentos, roupas, moradias populares etc.), porquanto a redução do tempo de trabalho socialmente necessário incorporado no conjunto dessas mercadorias de consumo dos trabalhadores desencadeia a queda dos seus preços (expressa, por exemplo, na diminuição dos preços da cesta básica hoje), abrindo as portas para o rebaixamento do valor de troca da força de trabalho e do seu preço – os salários. Por via de consequência, o rebaixamento do valor dos bens salários expressa nada mais, nada menos do que a diminuição do tempo necessário e o proporcional aumento do tempo excedente. Do ponto de vista da circulação, o rebaixamento do valor da força de trabalho se expressará na diminuição de seu preço (salários pagos aos trabalhadores) e em aumentos proporcionais da mais-valia e da lucratividade geral do capital.

Disso podemos deduzir que a imensa oferta de alimentos proporcionada pelos países latino-americanos aos países capitalistas europeus, não apenas deu base ao deslocamento da força de trabalho na Europa e, logo em seguida, nos Estados Unidos, do setor agrícola para a indústria, como já observamos acima, mas também forneceu as bases para o rebaixamento do valor da força de trabalho europeia empregada na indústria pela gigantesca oferta de alimentos produzidos nos países latino-americanos que para lá afluíam. Os preços baixos que a América-Latina ajudou a criar na segunda metade do século XIX será um fator decisivo a concentração de capital em países centrais como a Inglaterra. Também implica dizer que se as taxas de produtividade se elevam, eleva-se também o consumo de matérias primas e por isso cai o valor do capital variável em relação ao capital constante. Isso acarreta um aumento da composição orgânica do capital⁵ característica dos países centrais.

5 AMÉRICA-LATINA: RESOLUTOR DAS CONTRADIÇÕES CAPITALISTAS

Frear esses elementos contraditórios dão aos países Latino-Americanos importância inédita no mercado mundial. Pois a indução dos mesmos a altas taxas de produção de

⁵ Sinteticamente a composição orgânica do capital é dada pelo capital constante dividido pelo o capital variável. Dessa forma, quanto maior o capital constante (numerador), mais elevada será as taxas de produtividade. No entanto, a participação reduzida do capital variável (denominador) afetará negativamente as taxas de lucro já que é a taxa de mais-valia é dada pelo grau de exploração da força de trabalho. Ou seja, pela relação entre tempo de trabalho necessário e tempo de trabalho excedente (Marx, 2013).

produtos primários em vista ao seu barateamento no mercado externo se torna condição fundamental a reprodução do capital em escala mundial.

No entanto, Marini (2005) lembra que a situação é mais complexa. A deterioração do preço de produtos agrícolas (acontecida pelo aumento da produção agrícola frequentemente estar associada a baixa nos preços). Em contraposição aos produtos industrializados (que ao vivenciarem o mesmo movimento, em geral, preservam seu preço por períodos mais longos) é motor gerador da *deterioração dos termos de troca* (relativo à troca de bens primários por produtos industrializados). Embora isso não aconteça de forma objetiva, dado o aumento da produtividade nos países periféricos (expansão acelerada) de produtos da terra.

Mesmo em deterioração, as trocas continuam se expandindo e aqui se dá a distinção basilar entre Marini (2005) e os desenvolvimentistas dos anos 1950-1960. Partindo da economia-política, Ruy Mauro Marini irá considerar os elementos políticos da conjuntura nacional:

Não é porque foram cometidos abusos contra as nações não industriais que estas se tornaram economicamente débeis, é porque eram débeis que se abusou delas. Não é tampouco porque produziram além do necessário que sua posição comercial se deteriorou, mas foi a deterioração comercial o que as forçou a produzir em maior escala (MARINI, 2005, p.143).

Assim, Marini (2005) problematiza a tese da Comissão de Estudos para a América-Latina e Caribe - Cepal referente à substituição de importações. Nela países como o Brasil poderiam alcançar posição inédita no mercado externo através de uma indústria desenvolvida e autônoma que não necessitaria se submeter as imposições políticas e econômicas dos países centrais.

Bem, é importante citar que existem nesse intercambio de produtos de diversas matrizes entre nações, *mecanismos de transferência de valor*. Nesse caso está se transgredindo o apontamento teórico em que a troca entre equivalentes é determinada pelo fluxo de valor. Por sua vez, determinado pela quantidade de trabalho abstrato inserido em cada mercadoria (MARINI, 2005).

O primeiro motivo é porque uma alta produtividade do trabalho pode fazer uma nação produzir mercadorias com preços de produção inferiores a seus concorrentes. Nesse momento a nação compradora desta produção está realizando um “lucro extraordinário” (relações ocorridas geralmente entre nações com elevado nível de industrialização e países produtores de bens primários). No segundo caso, pode ocorrer uma situação em que duas nações realizem venda de uma mercadoria na qual apenas uma delas é produtora (monopólio

da produção). Essa condição pode fazer uma mercadoria ser vendida acima de seu valor, ou seja, uma *troca desigual*. Observamos que no último caso a transferência de valor é dupla, pois cada nação possui uma mercadoria que a outra não produz (Marini, 2005): “Isso é o que explica [...] que a oferta mundial de matérias-primas e alimentos aumente à medida que se acentua a margem entre seus preços de mercado e o valor real da produção” (MARINI, 2005, p. 146).

A queda nos preços das exportações brasileiras entre 1821-1930 e 1841-1850 foi próxima a 40%. No que diz respeito às importações, o índice de preços das exportações da Inglaterra [...] entre as duas décadas referidas se manteve perfeitamente estável. Pode-se, portanto, afirmar que a queda do índice dos termos de troca foi de aproximadamente 40%, isto é, a renda real gerada pelas exportações cresceu 40% menos que o volume físico destas. Como o valor médio anual das exportações subiu de 3.900.000 libras para 5.470.000, ou seja, um aumento de 40%, disso decorre que a renda real gerada pelo setor exportador cresceu nessa mesma proporção, enquanto o esforço produtivo realizado neste setor foi o dobro [...] (FURTADO *apud* MARINI, 2005, p. 146).

O que Marini (2005) está pontuando, é que a dependência e a exploração internacional pode se desprender de uma vinculação estritamente militar, e repousar sobre relações econômicas que reproduzam a subalternidade de determinados países em detrimento da expansão de outros. Esse é um dos elementos sobre os quais se baseiam a expansão do mercado mundial, por sua vez, também sobre o qual se realiza a divisão internacional do trabalho entre nações industriais e não industriais. No capitalismo existente até meados dos anos 1960, essa é a “base dicotômica” da reprodução ampliada do capital em nível mundial – a expansão do mercado forja uma divisão internacional do trabalho, por sua vez essa divisão retroalimenta esse mesmo mercado.

6 CONCLUSÕES

Um dos grandes méritos do trabalho de Marini (2005; 2011; 2012) é utilizar as categorias fornecidas pela economia política marxista na sua interpretação da realidade latino-americana. Nesse caso é importante salientar que ele não fez tal análise baseado em categorias abstrato genéricas. Ele realizou tal movimento baseado na disponibilidade de registros científicos (históricos, sociológicos e matemáticos) que dispunha naquele momento.

Esse foi o pressuposto que mantém sua integridade teórica hoje. Se é importante retomar seus estudos na contemporaneidade, isso se dá porque o imperialismo norte-americano ainda é hegemônico no Brasil. A especialização do país na produção de gêneros primários continua a ser predominante. E se nos últimos anos houve uma dinamização

econômica, tal mudança se deu pela esfera do consumo e não pela via da produção, o que limita sobremaneira a potencialidade dessas “mudanças”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARAN, Paul. **A Economia Política do Desenvolvimento**. 2 ed. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

BARAN, Paul; SWEEZY, Paul M. **Capitalismo Monopolista**: ensaio sobre a ordem econômica e social americana. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do Pensamento Marxista**. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 34 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

_____. **Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico**. 2 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967.

HOBBSAWM, Eric J. **A Era das Revoluções**. 25 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2013.

LESSA, Sérgio. **Cadê os Operários?** São Paulo: Instituto Lukács, 2014.

_____. **Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MARINI, Ruy Mauro. Processo e tendências da globalização capitalista. In: SADER, Emir (Org.). **Dialética da Dependência**: uma ontologia da obra de Ruy Mauro Marini. Petrópolis: Vozes; Buenos Aires: CLACSO, 2000.

_____. **Dialética da Dependência**. In: SADER, Emir (Org.). **Dialética da Dependência**: uma ontologia da obra de Ruy Mauro Marini. Petrópolis: Vozes; Buenos Aires: CLACSO, 2000.

_____. Origem e trajetória da sociologia latino-americana. In: SADER, Emir (Org.). **Dialética da Dependência: uma ontologia da obra de Ruy Mauro Marini**. Petrópolis: Vozes; Buenos Aires: CLACSO, 2000.

_____. Dialética do desenvolvimento capitalista no Brasil. In: SADER, Emir (Org.). **Dialética da Dependência: uma ontologia da obra de Ruy Mauro Marini**. Petrópolis: Vozes; Buenos Aires: Clacso, 2000.

_____. **Subdesenvolvimento e revolução**. Florianópolis: Insular, 2012.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política – Livro I: o processo de produção do capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.

OSÓRIO, Jaime. Dependência e superexploração. In: MARTINS, Carlos Eduardo; VALENCIA, Adrián Sotelo (Orgs). **A América Latina e os desafios da globalização**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Boitempo, 2009.

SANTOS, Theotônio dos. Ruy Mauro Marini: um pensador latino-americano. In: MARTINS, Carlos Eduardo; VALENCIA, Adrián Sotelo (Orgs). **A América Latina e os desafios da globalização**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Boitempo, 2009.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Formação Histórica do Brasil**. 14 ed. Rio de Janeiro: Grapha, 2002.

STEDILE, João Pedro. A vida e a obra de um revolucionário. In: TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro (Orgs). **Ruy Mauro Marini: vida e obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

TONET, Ivo. **Método Científico: uma abordagem ontológica**. São Paulo: Instituto Lukács, 2013.

TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro (Orgs). **Ruy Mauro Marini: vida e obra**. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

VIEIRA, Pedro Antônio. **...E o Homem fez a Máquina: a automatização do torno e a transformação do trabalho desde a Revolução Industrial até a Revolução Microeletrônica**. Florianópolis: Ed. UFSC, 1989.